

História pede ajuda em Anchieta

Casa da Cultura espera a homologação do tombamento de cinco imóveis do município, que necessitam de restauração urgente

Guarapari - Sucursal -A preservação da cultura através da memória histórica ainda caminha a passos lentos no Brasil. Uma tentativa de reverter este quadro no Espírito Santo é a iniciativa do historiador e diretor da Casa de Cultura de Anchieta, José Amaral Fernandes Filho, que entrou com o pedido de tombamento de cinco imóveis no município, no Conselho Estadual de Cultura.

De acordo com Amaral, os cinco processos deram entrada em janeiro deste ano e já foram aprovados pelo órgão. Ele afirmou que a conclusão do tombamento depende da homologação do governador Paulo Hartung. Os imóveis ficarão sob a responsabilidade do patrimônio histórico estadual. "Acredito que esses processos estejam finalizados até o final deste ano. Com certeza seria um benefício muito grande, não só pa-

ra Anchieta, mas também para a cultura capixaba", acrescentou o historiador.

Imóveis

Os imóveis que estão em processo de tombamento são: a Casa da Cultura de Anchieta; a casa onde morou o artista plástico Ronaldo Moreira, em Ubú; a capela de Nossa Senhora da Penha; as ruínas do Rio Salinas e o casarão de quarentena da imigração italiana. "A maioria desses locais necessita de uma restauração urgente, porque estão deteriorados por intervenções inadequadas. O tombamento é uma forma de preservar a estrutura desses imóveis", explicou Amaral.

Para o historiador, cada imóvel em pro-

cesso de tombamento tem uma relevância histórica para o município. No final do século XIX, imigrantes italianos chegavam a Anchieta pelo porto do Rio Benevente. Para prevenir doenças e facilitar a adaptação ao clima, os italianos eram levados para a casa de quarentena.

Ela possui cerca de 300 metros quadrados e recebeu, aproximadamente, duas mil famílias. É possível encontrar no local frascos de remédios usados pelos antigos moradores. A capela de Nossa Senhora da Penha foi construída por iniciativa da população, a partir de 1873, com as obras sendo concluídas dez anos depois.

Segundo Amaral, a capela foi construída

por causa de uma promessa dos moradores para evitar a epidemia de doenças como a varíola e o cólera, que matavam muitas pessoas naquela época. "Na Igreja de Nossa Senhora de Assunção eram enterradas as vítimas dessas enfermidades. Isso facilitava o contágio, que gerava a epidemia. Como as pessoas começaram a freqüentar a capela, a epidemia foi controlada", salientou.

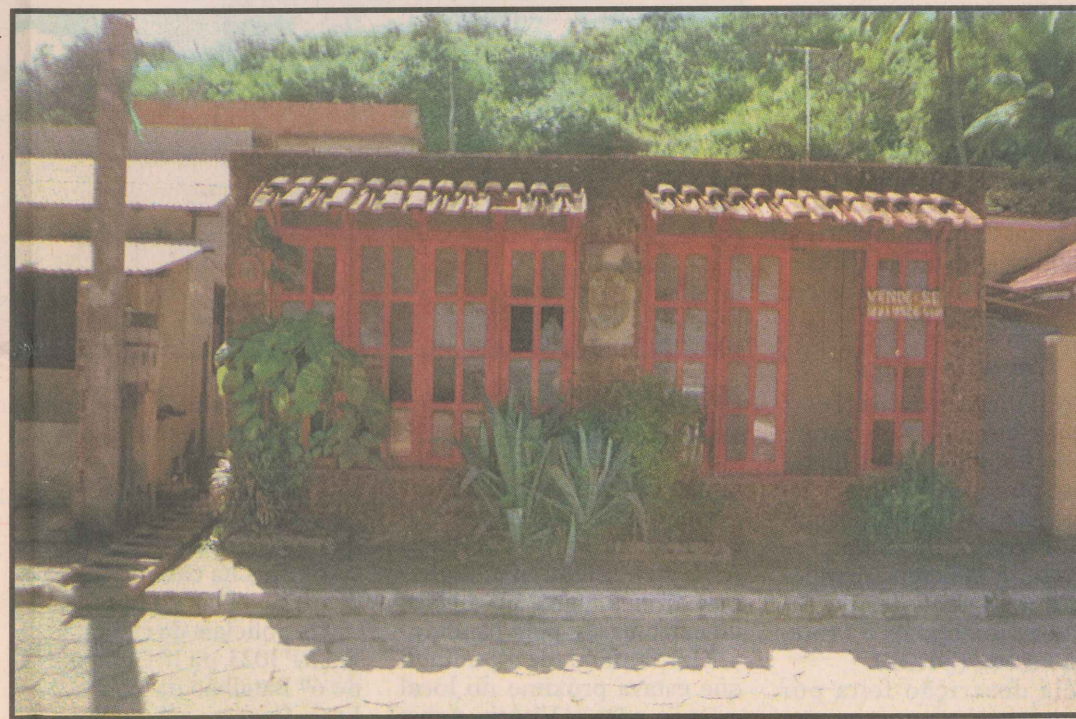
A casa do artista plástico Ronaldo Moreira, que morreu em 1999, foi colocada à venda pela família. Completamente abandonado, o local está sendo usado como abrigo por mendigos de Ubú. "Ronaldo fez quadros e esculturas que retratam, de forma simples, a história do município. Por meio das obras, ele mostrou a colonização de Anchieta e a influência da religião nesse processo", completou o historiador.



NA FILA

O Colégio Maria Maros, criado só para meninas em 1932, também está na lista de solicitação de tombamento

Fotos de Eric Menequini



ABANDONO

A casa do artista plástico Ronaldo Moreira atualmente está sendo usada como abrigo de mendigos

Mistério encobre origem de ruínas

NA FILA

O Colégio Maria Maros, criado só para meninas em 1932, também está na lista de solicitação de tombamento

Outros cinco imóveis podem ser tombados

Se depender do historiador e diretor da Casa de Cultura de Anchieta, José Amaral Fernandes Filho, o interesse em manter preservada a história do município vai continuar. Ele pretende encaminhar ao Conselho Estadual de Cultura ainda, neste ano, mais cinco processos para tombamento de imóveis.

Os locais que o historiador vai sugerir para o tombamento são: o armazém comercial do Antunes, o Hotel Anchieta, o casarão de dona Rosinha Assad, a Fonte do Coimbra e o antigo Colégio Maria Matos, que hoje é a Escola de 1º grau Terezinha Godoy de Almeida.

A escola tem 860 estudantes, de 1ª à 8ª séries. O Maria Matos foi fundado em 1932, sendo destinado apenas a meninas, em regime de internato. Para os pais poderem visitar as filhas, foi construído, em 1940, o Hotel Anchieta, que está atualmente desativado.

Amaral afirmou ter optado pelo tombamento através do patrimônio histórico estadual pelo processo ser mais rápido. Segundo ele, a legitimação do tombamento é mais complicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan). “Porém, em termos de recursos é melhor fazer esse tipo de iniciativa pelo Iphan”, disse.

Mistério encobre origem de ruínas

As ruínas do Rio Salinas têm mistérios até hoje sem solução. Alguns dizem que o local foi uma igreja. Outros acreditam que as ruínas eram uma fazenda, onde se cultivava arroz e cana-de-açúcar. O historiador e diretor da Casa de Cultura de Anchieta, José Amaral Fernandes Filho, defende a

segunda teoria.

“As ruínas ficam a cerca de dez quilômetros do centro de Anchieta, onde já havia uma igreja. No século XVIII, era estranho duas igrejas ficarem tão próximas”, explicou. De acordo com Amaral, as ruínas abrangem uma área de 350 metros quadrados. Além disso, destacou que o viajante

francês Auguste Saint-Hillaire constatou que o local foi abandonado por volta de 1790, devido à ação dos índios botocudos, que eram muito agressivos.

“O viajante esteve no Estado, no início do século XVIII, e conheceu muito bem essa região. Por isso, ele teve subsídios para saber a origem das

ruínas”, enfatizou o historiador. Outra curiosidade é que muitos acreditam ser possível encontrar tesouros no local. Isso fez com que a região sofresse ação de vândalos que prejudicaram a estrutura das ruínas com escavações. Em alguns pontos, há buracos com mais de dois metros de profundidade.

ABANDONO

A casa do artista plástico Ronaldo Moreira atualmente está sendo usada como abrigo de mendigos



ADAPTAÇÃO

O diretor da Casa da Cultura de Anchieta, José Amaral Fernandes Filho, conta que as famílias italianas ficavam na casa de quarentena, datada do final do século XIX, para se prevenirem de doenças e até se adaptarem ao clima

Dez pedidos aprovados este ano

O tombamento consiste na preservação de bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental por intermédio da aplicação de legislação específica. Isso é feito para impedir que um patrimônio seja destruído ou descaracterizado.

O presidente do Conselho Estadual de Cultura, Leonardo Monjardim, disse que dez processos de tombamento foram aprovados pelo órgão, neste ano, mas devem ainda ser homologados pelo governador Paulo Hartung. Cento e oitenta e quatro bens foram tombados pelo conselho, desde a sua criação, em 1974.

Níveis

Segundo Monjardim, o tombamento pode ser feito nos níveis municipal, estadual e federal. O último é fei-

to por meio do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan).

O presidente do Conselho

Estadual de Cultura afirmou que o tombamento deve atender a uma série de requisitos. “O bem precisa ter um valor

histórico. Além disso, o processo deve conter informações sobre o patrimônio e ter fotografias, plantas e toda a documentação referente ao imóvel”, explicou.

O processo ainda recebe o parecer da Câmara de Patrimônio Histórico Cultural. E depois deve ser aprovado por 2/3 dos membros do conselho, para ser homologado pelo governador. No Espírito Santo, a Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Guarapari, foi o último bem tombado pelo Iphan, em 1970.

A diretora do Iphan no Estado, Tereza Carolina de Abreu, disse que o órgão está com dois processos relativos a tombamentos no Estado. Um deles é o do Palácio Anchieta. E o outro é o do Morro do Penedo, em Vitória.



CURIOSIDADE

Ação de índios botocudos pode ser a razão do abandono das ruínas do Rio Salinas

Processos necessitam de mais agilidade

A criação do Serviço de Patrimônio Histórico Estadual seria um grande avanço nos processos de tombamento de imóveis no Espírito Santo. A afirmação é do historiador e diretor da Casa de Cultura de Anchieta, José Amaral Fernandes Filho. Segundo ele, o órgão poderia dar mais agilidade aos tombamentos.

Além disso, ajudaria a fiscalizar e a manter a integridade dos patrimônios. O historiador ressaltou que o Conselho Estadual de Cultura apenas pode aprovar o tombamento. “Um órgão com atividades mais amplas ajudaria na realização, de forma mais rápida, de todos os processos relacionados aos patrimônios históricos. Isso seria um avanço muito importante”.

O historiador apresentou, em junho, à Câmara de Vereadores e ao prefeito de Anchieta, Moacyr Carone Assad, um projeto de lei de incentivo à cultura no município. De acordo com Amaral, a iniciativa prevê que 3% da verba arrecadada com o Imposto Sobre Serviços (ISS) e com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) seria destinada às atividades culturais. “Dessa forma, o setor já teria recursos certos para utilizar. Não seria necessário ficar tão dependente da iniciativa privada”, mencionou.